

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.152.617 - SP (2017/0203014-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MERCEDES-BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO
MERCANTIL S/A
ADVOGADOS : MARCELO TESHEINER CAVASSANI - SP071318
ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO - SP166822
AGRAVADO : MANOEL PEREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO : MISLENE DA SILVA SANTOS
AGRAVADO : PATRÍCIA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO : ÂNGELA APARECIDA CONSORTE - SP100845
INTERES. : EMPREGRAF TRANSPORTADORA LTDA.

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por MERCEDES-BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A em face da decisão acostada à fl. 635 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 556-561 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

Arrendamento mercantil. Ação cautelar de exibição de documentos. Ilegitimidade passiva do banco arrendante. Não ocorrência. Sentença reformada.

1. É parte legítima o banco apelado para figurar no polo passivo da demanda, posto que figura como proprietário do veículo envolvido no acidente, sendo ele co-interessado.
2. Deram provimento ao recurso, para o fim de afastar a ilegitimidade passiva do banco apelado, devendo aos autos retornarem ao primeiro grau para o seu regular processamento, com observação.

Opostos dois embargos de declaração (fls. 568-569 e 571-581 e-STJ), um deles restou acolhido apenas para sanar omissão a respeito da inversão da verba sucumbencial (fls. 586-593 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 599-614 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigo 535, inc. I, do CPC/73, ao argumento de que não foram sanadas as contradições apontadas nos aclaratórios; (ii) artigos 267, inc. VI, e 844, incs. I e II, do CPC/73, sustentando não ser parte legítima para figurar no pólo passivo.

Contrarrazões às fls. 622-630 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 638-653 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 656-660 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535 do CPC/73 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a Corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou contraditório, elencando os supostos vícios à fl. 610 e-STJ, em síntese: (i) a propriedade do bem não induz responsabilidade pelo acidente causado; (ii) o documento de propriedade do caminhão, cuja exibição requerem os Embargados, está de posse da arrendatária do bem; (iii) a apólice de seguro, igualmente há a impossibilidade de a Recorrente exibir tal documento; (iv) a Recorrente não é co-interessada, eis que não responde solidariamente com a arrendatária pelo acidente ocasionado pelo bem arrendado; e, (v) ao considerar que a Recorrente não está exonerada de exibir os documentos postulados na ação, os quais já demonstrou não estar em seu poder.

A simples leitura das alegações recursais demonstra que as supostas contradições apontadas, em realidade, configuram, apenas, inconformidade da parte com a solução adotada pela Corte de origem.

Como se sabe, a contradição apta a ensejar a oposição de embargos declaratórios é aquela entre fundamentos da decisão, ou entre sua fundamentação e parte dispositiva.

No caso, a insurgente não logrou êxito em demonstrar a ocorrência de qualquer contradição interna, o que também não se extrai da leitura da decisão, abaixo transcrita, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Neste sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. No mérito, a insurgente alega sua ilegitimidade para figurar no pólo

passivo da demanda.

A Corte de origem assim decidiu a controvérsia (fl. 560 e-STJ):

Isso porque, é incontroverso que a propriedade do veículo pertencia à requerida Mercedes Benz Leasing do Brasil e que foi arrendado à requerida Empregaf Transportadora Ltda., conforme se observa do Contrato de Arrendamento Mercantil acostado às fls. 156/166 e do documento emitido pelo Sistema Nacional de Gravame (fls. 167).

Aliás, a própria requerida reconhece que a propriedade do veículo é dela, sustentando que referido bem contém restrição financeira lançada em nome da empresa Empregaf Transportadora Ltda. Porém, defende que a responsabilidade pela apresentação do certificado de registro do veículo é da arrendatária por possuir a posse direta do bem (vide fls. 70/71 e 471).

Ao contrário do que tenta fazer crer o banco apelado, é ele co-interessado, haja vista figurar como proprietário do veículo envolvido no acidente, de modo que o Banco pode, em tese, até vir a ser réu em futura ação indenizatória.

E por assim ser, a sentença merece ser reformada, para o fim de manter a Mercedes Benz no polo passivo da demanda.

Como se vê, diante do conteúdo fático-probatório constante dos autos, o órgão julgador concluiu pela legitimidade passiva da insurgente, por ser a proprietária do veículo em comento - motivo pelo qual poderia, em tese, figurar como demandada na futura ação principal.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

Neste sentido, vejam-se os precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE A CONCESSIONÁRIA (FORNECEDORA) E A MONTADORA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DESTA CORTE. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. REEXAME DOS FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. [...] 3. Reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, no tocante à alegação de ilegitimidade passiva da recorrente, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1199890/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AGRAVANTE. [...] 2. O Tribunal local, ao julgar o agravo de

instrumento da concessionária Santo Antônio Energia S.A., rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam porque a análise da matéria depende da produção de provas e instrução processual. Nesse contexto, o reconhecimento da ilegitimidade ativa, como pretende a agravante, encontra o óbice na Súmula 7 do STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 653.604/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ILEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA. SÚMULA 7 DO STJ. SEGURO DE VEÍCULO. PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO. PRESCRIÇÃO ANUA. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DO PAGAMENTO A MENOR. [...] 2. A revisão do entendimento do Tribunal a quo acerca da ilegitimidade ativa da autora esbarra na censura da Súmula 7 do STJ, porquanto demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório, soberanamente delineado nas instâncias ordinárias. [...] 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 905.577/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 19/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535. NÃO OCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. [...] 2. Inviável o recurso especial cuja análise das razões impõe reexame do contexto fático-probatório da lide, nos termos da vedação imposta pelo enunciado nº 7 da Súmula do STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 149.637/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 13/03/2014)

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem (fl. 590 e-STJ), em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator